

DESORGANIZANDO E REORGANIZANDO O TERRITÓRIO: o turismo e o desenvolvimento local em São Luiz do Paraitinga/SP¹

Prof. Ms. Carlos Murilo Prado Santos²

RESUMO:

A sociedade contemporânea vem passando por um período de rápidas transformações em que a valorização do entretenimento, associado ao espetáculo, desponta como a grande panacéia do século XXI. O turismo como vetor de desenvolvimento econômico passou a ser divulgado e incorporado pelas políticas públicas e estratégias econômicas. Em um momento em que a produção de imagens assume uma posição estratégica no planejamento urbano, a utilização do patrimônio cultural passou a ser uma ferramenta primordial na refuncionalização do território com vistas ao desenvolvimento local por meio do desenvolvimento do turismo. Com o fito de desmistificar as construções simbólicas a respeito do turismo como a melhor saída ao desenvolvimento local e à preservação do patrimônio cultural local, procuramos analisar a atividade turística como uma prática que produz e consome espaço, buscando abordar o patrimônio como um conjunto de formas-conteúdo da cidade, considerando o espaço uma construção permanente, resultante de um conteúdo social variável. Desse modo, baseado no processo de preservação e refuncionalização do patrimônio em função da atividade turística, buscamos realizar um diálogo entre ciência geográfica e o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Turismo cultural; Patrimônio Cultural; São Luiz do Paraitinga.

¹ Texto extraído da minha dissertação de mestrado (**O reencantamento das cidades**: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP) defendida em fevereiro de 2006, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Geógrafo, mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do “PROJETO JANELAS PARA O PASSADO” – (metas FSC) - Votorantim Celulose e Papel S/A (VCP). Professor de Geografia do Brasil do Curso e Colégio Objetivo, Unidade Taubaté. (muriloslp@yahoo.com.br)

Introdução

Situada no Alto Vale do Paraíba do Sul, entre as cidades de Taubaté e Ubatuba, a 170 km da cidade de São Paulo, capital, São Luiz do Paraitinga teve sua fundação oficial em 1769, apesar de sua área ter sido fracamente ocupada um século antes³. Com o início da produção cafeeira em meados do século XIX, seus benefícios econômicos fizeram com que o núcleo urbano se tornasse maior, transformando-se em um importante centro urbano regional. A cafeicultura se tornou a atividade mais importante da região, um período de esplendor que durou aproximadamente até 1918 (PETRONE, 1959, p.82).

Após um período de intenso desenvolvimento sócio-econômico nos séculos XIX e início do século XX, com a economia do café, o município passou por pequenos surtos econômicos, como a extração de lenha na década de 1960 e a produção de leite nas décadas de 1970 e 1980, quando então a economia da cidade entrou em decadência, perdurando até os dias atuais (Dean, 1997, p.290). Com uma economia inexpressiva, caracterizada por uma pequena produção agropecuária, restou em São Luiz do Paraitinga uma grande riqueza cultural e um expressivo conjunto arquitetônico composto por aproximadamente 90 imóveis, casas térreas e sobradões dos séculos XIX e início do XX, representativos da fase áurea do café na economia paulista, tombado em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT)⁴.

Com as mudanças sociais advindas da evolução tecnológica e a conseqüente valorização do turismo e do entretenimento, São Luiz do Paraitinga vem trabalhando para desenvolver tais atividades apoiado na memória da cafeicultura, expressa em seu patrimônio cultural e arquitetônico. Portanto, possuindo este patrimônio remanescente da cafeicultura, entendemos que o mesmo possa ser visto e trabalhado como uma potencialidade ao desenvolvimento local, procurando relacionar a preservação às atividades turísticas, para daí sim, abrir possibilidades de

³ O município de São Luiz do Paraitinga fica localizado no Alto Vale do Paraíba do Sul, distando cerca de 170 Km da capital do Estado, a cidade de São Paulo. Possuindo uma área de aproximadamente 737 Km² o mesmo apresenta um clima tropical de altitude e uma topografia montanhosa. O município, localizado à altitude média de 749 m, faz divisa com os municípios de Taubaté, Ubatuba, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Lagoinha e Cunha. A cidade está sobre um trecho do médio vale do Paraitinga, no planalto cristalino do reverso da Serra do Mar. O município possui como principal acesso a Rodovia Estadual Dr. Oswaldo Cruz, SP-125, que liga a cidade de Taubaté à Ubatuba.

⁴ O processo de tombamento foi iniciado em 1969 e concluído com a Resolução 55 de 13 de maio de 1982, inscrevendo a cidade no Livro do Tombo do Estado de São Paulo (Governo do Estado de São Paulo, 1982).

incorporar o patrimônio como uma ferramenta de inclusão sócio-espacial e econômica a partir de sua refuncionalização⁵.

A técnica e a norma na valorização do patrimônio

Ao analisarmos o espaço geográfico podemos afirmar que sua produção é social, sendo os lugares definidos pelas ações acumuladas no passado em conjunto com as ações do presente. Isso posto, podemos afirmar também que as épocas são distintas entre si, marcadas pelas etapas de trabalho e pelas relações sociais, que produzem mudanças, tanto do ponto de vista das formas, quanto do ponto de vista das funções, estabelecidas pela estrutura social e presentes no território. Com isso, entendemos o espaço geográfico enquanto um sistema de objetos e um sistema de ações, onde,

(...) sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, do outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2002, p. 63).

A partir do momento em que a Geografia passou a interpretar a lógica da organização espacial, e não somente descrevê-la, o espaço deixou de ser encarado como um reflexo da sociedade e assumiu um caráter de condição de existência social, acrescentando um sentido à dinâmica da sociedade.

O espaço geográfico é dinâmico. Uma área transformada em patrimônio cultural e valorizada para o uso turístico pode confirmar esta premissa, pois o patrimônio cultural, criado pela sociedade para preservar algumas características materiais e imateriais de tempos pretéritos, ao ser valorizado para novos usos desencadeia em mudanças sócio-espaciais que vão se materializar no território. Por isso, a análise do patrimônio cultural pode se constituir em um bom ponto de partida para avançar na discussão metodológica da Geografia, já que este patrimônio acaba se materializando, com isso, criando e recriando territorialidades que rapidamente são incorporadas

⁵ Adotaremos o termo refuncionalização por considerá-lo mais adequado para uma abordagem geográfica, porém, é comum, em trabalhos relacionados a patrimônios, utilizar-se os termos revitalização, renovação, requalificação, restauração, enobrecimento, gentrification, entre outros. Mesmo com seus diferentes usos, estes termos são geralmente utilizados considerando as interferências materiais.

pela sociedade, seja em forma de souvenir, de monumentos, de edifícios, de representações artísticas, de hábitos ou costumes sócio-espaciais.

Ao estudarmos as formas sócio-espaciais do passado, percebemos que no decorrer da história o homem vem se deparando com uma série de transformações técnicas que modificam cada vez mais suas condições de vida, abrangendo as dimensões sociais e espaciais. A intensa diversificação do uso das máquinas está transformando a própria condição de existência do homem. O homem vem sendo colocado de frente com diversos prazeres e necessidades até então desconhecidos, criando em torno de si o que podemos chamar meio técnico (Friedmann, 1968). Diferentemente dos animais que só dispõem do meio natural para satisfazer suas necessidades, o homem possui o intelecto. Se não consegue se satisfazer com as matérias naturais, ele as transforma. Assim, podemos afirmar que o conjunto de atos técnicos desenvolvidos permitirá que o homem controle a natureza, criando uma sobrenatureza; “(...) a técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que é a adaptação do meio ao sujeito” (ORTEGA Y GASSET, p 17, 1963). E nessa relação entre o homem, o meio e a técnica, podemos dizer que a cidade é sua maior expressão.

Ao analisar o patrimônio cultural das cidades, iremos perceber que as técnicas utilizadas nas construções, na forma e na função, servem como uma possibilidade de adaptação do sujeito ao meio na produção do espaço urbano. No caso de São Luiz do Paraitinga, os portugueses com suas construções se beneficiaram do ambiente natural utilizando as encostas dos morros para alicerces das casas. Além de utilizar a encosta, grande parte das construções foram realizadas às margens do rio Paraitinga, visando com isso, a satisfação de algumas necessidades básicas, como as fisiológicas e de higiene, uma característica comum em cidades portuguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste sentido cabem aqui as colocações de Santos (2002, p. 217), para quem: “(...) cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se espera. (...) Há uma relação entre objetos e necessidades”.

Com o grande número de objetos desenvolvidos com a evolução técnica, o homem vem mudando sua forma de perceber e de pensar o mundo. O homem artesão que fabricava um produto em todas as suas etapas produtivas foi substituído pelas máquinas, o que propiciou uma grande mudança intelectual no homem, transformando o meio e sua percepção, mudando assim, o

sentimento com relação a este meio. O homem age para melhor viver, criando e recriando, sempre que necessário, novos objetos e novos comportamentos (Friedmann, 1968, p. 73). Estando assentada na evolução técnica, a civilização tecnicista passou a ser caracterizada pela produção em série, pelo consumo, pelos meios de comunicação e pela cultura de massa⁶.

Visto que o homem cotidianamente desenvolve novas técnicas e se desenvolve intelectualmente, podemos considerar as técnicas como um conjunto de meios instrumentais e sociais que possibilita o homem produzir e reproduzir o espaço. Devido a esta possibilidade de transformação, as técnicas são partes integrantes do meio, onde “(...) o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2002, p. 42). O planejamento urbano é um bom exemplo da imaterialidade das técnicas e das normas refletindo nas materialidades do território, pois se trata de um trabalho intelectual que irá transparecer nas materialidades dos objetos por meio de intervenções urbanísticas, atuando no processo de organização e reorganização do território.

Assim ao definirmos as técnicas como parte integrante do espaço, por meio de sua história, elas nos auxiliarão a empiricizar o tempo e qualificar as materialidades sobre as quais a sociedade trabalha. Por meio das técnicas o homem consegue unir espaço e tempo. Em cada lugar, em cada momento, temos um conjunto de técnicas e de ações.

Uma área composta por um patrimônio arquitetônico pode ser vista como um conjunto de técnicas pretéritas, datáveis, vivendo em relação, ou não, com técnicas atuais. Na análise de um território onde temos a presença de um patrimônio arquitetônico, poderemos enxergar a transposição de tempos pretéritos e presentes. O patrimônio, enquanto materialidade e imaterialidade, condiciona e é condicionado pelas técnicas e ações do passado e do presente. Quando este sítio urbano passa a ser direcionado às atividades turísticas, exigindo um processo de refuncionalização, temos a presença de técnicas e normas do contexto presente em um território construído no passado.

⁶ Para Friedmann (1968) o desenvolvimento tecnológico levou a civilização a ser dirigida pela mídia, dando a possibilidade de uma suposta homogeneização sócio-espacial. Já para Milton Santos (1994, p.33) com o desenvolvimento tecnológico podemos ter o processo inverso, pois: “(...) graças aos progressos técnicos e à aceleração contemporânea, os espaços nacionais podem, também, grosseiramente, dividir-se... é evidente que, como sempre, situações intermediárias são muito numerosas (...)”.

Esta transposição de técnicas pretéritas e contemporâneas no momento de pensarmos o patrimônio e sua relação com a organização territorial, evidencia a transformação técnica que vem se dando na forma de trabalhar com este patrimônio, agora imbuído de um forte caráter econômico, muito diferente do passado, onde o mesmo era tratado como sinônimo de identidade, memória e poder. Esta mudança de caráter com relação ao sentido e ao valor patrimonial no período contemporâneo pode ser vista com uma manifestação técnica e normativa se concretizando no território por meio de políticas de preservação e gestão e suas constantes intervenções urbanas.

Por exemplo, o ato de criar um patrimônio por meio do tombamento e depois voltar este território para o desenvolvimento turístico por meio de intervenções urbanas, repercutirá na organização sócio-territorial, já que este território entra em evidência e passa a ser trabalhado enquanto um recurso econômico propriamente dito. Por meio de uma ação abstrata, a normatização do sítio urbano enquanto patrimônio, dá-se origem a um novo vetor econômico neste sítio, que em seguida passa a ser direcionado ao desenvolvimento do turismo. Isto nos possibilita afirmar a norma e a técnica enquanto instâncias territoriais.

Devido a esta mudança no sentido do patrimônio, muitas cidades têm procurado criar e normatizar seu patrimônio, mesmo em cidades relativamente novas, visto que o fato de possuir um patrimônio lhes possibilita conseguir benefícios financeiros e políticos. No início da década de 1980 o patrimônio era visto como um sinal de imobilismo, o que, com a possibilidade do desenvolvimento turístico, deixou de acontecer, agora todas as cidades querem possuir seu patrimônio.

Visto que o patrimônio cultural transformou-se em um recurso econômico para as cidades que os possuem, a sua valorização passou a ser incentivada pelo Estado e, conseqüentemente, muitas cidades estão tombando os seus patrimônios. Assim, passou a ocorrer um processo de banalização do próprio patrimônio, que por meio da normatização, passou a ser concebido como um rótulo, uma grife que vai possibilitar a extração de uma *renda monopolista* da terra (HARVEY, 2005, p.221)⁷.

⁷ Mais detalhes consultar HARVEY (2005).

Na medida em que as técnicas possuem uma inter-relação com os objetos, ao ocorrer uma mudança nos objetos teremos mudanças nas ações e vice-versa. Devido a essa inter-relação entre objetos e ações, teremos um novo padrão espacial (SANTOS, 2002, p.96). Dentro deste contexto de reorganização territorial, o planejamento urbano emerge como uma necessidade. Com o objetivo de preservar um patrimônio cultural, o planejamento torna-se um importante instrumento não só de preservação das formas, como de atribuições de novos usos a estas, o que implica não comprometer a preservação do sítio histórico e também os significados deste para a população local. Sendo assim, é importante destacar, com relação a refuncionalização, que as transformações nas materialidades implicam mudanças nas suas funções, mesmo que estas novas funções estejam muito próximas das anteriores.

Ao estudar o patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga (SANTOS, 2003, 2006, 2007), antes e depois do início do processo de refuncionalização paisagística de seu centro histórico⁸, podemos afirmar que o simbólico tem uma relação recíproca com o território, ambos amparados na memória da cafeicultura, materializado nos edifícios tombados e na organização espacial da cidade, mas também nas manifestações artísticas, práticas e costumes locais, hoje em processo de espetacularização⁹ devido as novas tendências que predominam na cidade com vistas ao desenvolvimento turístico.

Após as mudanças que se deram no desenho e na paisagem do centro histórico, já podemos apontar algumas mudanças nas manifestações e práticas locais, como por exemplo, a mudança nos trajetos de procissões religiosas seculares. Assim, podemos confirmar as colocações de Maffesoli (1999, p.256) a respeito da constituição simbólica do espaço, acentuando o valor simbólico, a imaterialidade, em conjunto com as materialidades, pois, por ser uma produção social, ele só existe a partir de seus símbolos e signos.

⁸ Em julho de 2002 a cidade foi classificada como Estância Turística do Estado de São Paulo, passando a receber uma verba anual de R\$ 679.000,00 (US\$ 303.125,00) oriunda do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), órgão ligado a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo. Assim, deu-se início a um intenso processo de requalificação dos equipamentos urbanos do município, principalmente os existentes no centro histórico. Com os recursos obtidos a cidade foi transformada em um canteiro de obras; foram realizadas, a reforma da Praça Oswaldo Cruz (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº. 43.352/02 – em 18 de agosto de 2003. Verba de R\$ 349.664,05 [US\$156.100,02]), a reforma do Mercado Municipal (projeto aprovado pelo Condephaat – Processo nº 44.395/02 – em 15 de setembro de 2003. Verba de R\$ 330.000,00 [US\$147.321,42]) e a reforma do calçamento das ruas do entorno da praça. Esse processo será analisado com maior detalhe nos capítulos seguintes.

⁹ Mais detalhes consultar: SANTOS E LUCHIARI, 2007.

Com o grande desenvolvimento da tecnologia, a organização dos objetos e das ações passou a ser muito importante para a organização sócio-espacial. A ordem mundial passou a ser cada vez mais normativa e também normada (SANTOS, 1994). No mesmo sentido, para Antas Jr. (2003), a norma pode ser vista como parte integrante do espaço geográfico, servindo para que o homem organize coerentemente seu espaço cotidiano. Neste contexto normativo, o planejamento urbano pode ser considerado um grande conjunto de normas de atuação no momento de organização ou reorganização do território, independentemente da sua escala de atuação.

Com o aumento na velocidade das transformações, muitas normas vêm sendo criadas e recriadas e, nos dias de hoje, é importante salientar, as normas acabaram escapando das mãos do Estado, sendo criadas também pelas instituições privadas (ANTAS JR, 2003). Além de uma série de normas jurídicas, geralmente criadas pelo Estado e pela sociedade, hoje temos uma série de normas de gestão, de tecnologia, do consumo, de modos de vida e da política urbana, por exemplo, aspectos presentes na preservação e valorização do patrimônio cultural. Portanto, para compreendermos a dinâmica sócio-espacial atual, temos de compreender as normas jurídicas, morais e as normas do trato social existentes no lugar e fora dele. Assim, podemos afirmar que a organização sócio-territorial depende da harmonia entre as normas existentes.

Os equipamentos coletivos existentes no meio urbano são bons exemplos da normatização do território. O patrimônio cultural é a mais pura atuação da norma enquanto parte do espaço geográfico, já que só temos um patrimônio no momento em que estes bens, sejam eles móveis ou imóveis, materiais ou simbólicos, são normatizados enquanto tais pelo Estado, pelo capital privado ou pelos usos sociais, o que acaba repercutindo na organização sócio-territorial. Ao ser criado pelo Estado por meio do tombamento, fica delimitado o que deve se tornar patrimônio, mas não necessariamente o que será visto e tratado pela sociedade como tal. Temos de estar atentos, pois estas normatizações, podem não corresponder com as aspirações da sociedade e da população que vive seu cotidiano e a mesma ser tratada com descaso.

Ao encararmos o patrimônio enquanto um conjunto de *formas-conteúdo* das cidades (Santos, 2002) por meio da análise da sua história, de como emergiu este patrimônio, e da sua relação com a atualidade vivida, podemos afirmar a influência das normas e das técnicas na organização territorial. Ao direcionar este território ao desenvolvimento do turismo, também teremos uma

série de ações que irão incidir no processo de reorganização do território, onde o patrimônio e a sua refuncionalização adquirem um peso decisivo no processo de planejamento urbano das cidades que pretendem dinamizar esta atividade enquanto um vetor de desenvolvimento econômico e social.

Apesar do patrimônio cultural, além de um vetor econômico, ser um elemento importante na continuação da identidade local, as suas formas de apropriação contemporâneas evidenciam a carência de ações da sociedade e do poder público com relação à sua preservação enquanto memória do lugar, entendendo o lugar como demarcações físicas e simbólicas do espaço, *“cujos usos lhes qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente”* (LEITE, 2004, p. 35).

O processo de refuncionalização turística que está se desenvolvendo em São Luiz do Paraitinga nos ajuda a afirmar a dinâmica das formas-conteúdo. Os lugares em processo de refuncionalização, passaram a ser transformados em função de suas possibilidades, ou não, de receber os impactos destas novas dinâmicas, aonde podemos apontar uma seletividade entre os lugares. *“(...) essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível dos conteúdos (...)”* (SANTOS, 2002, p. 125). São Luiz do Paraitinga, por meio de suas rugosidades¹⁰ tem se mostrado apto a acolher tais atividades.

Tomando como referência a tendência contemporânea de valorização econômica e turística do patrimônio cultural, o centro histórico de São Luiz do Paraitinga torna-se um exemplo emblemático. Tombado em 1982 pelo Condephaat, transformado em Estância Turística do Estado de São Paulo em 2002, seu centro histórico está sendo refuncionalizado e esse processo está abrindo caminho para um possível desenvolvimento do turismo, mesmo que valorizando e preservando o patrimônio apenas do ponto de vista estético.

Temos aí o desenvolvimento de uma atividade sócio-econômica que, por meio de suas normas e técnicas de funcionamento, vem gerando a refuncionalização da área. Assim, entendemos que a análise da produção e da refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga por

¹⁰ As rugosidades, segundo Santos (2002, p. 140), são formas, construídas ou naturais, deixadas no território. *“(...) chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (...) as rugosidades nos trazem os restos da divisão social do trabalho já passadas (...), os restos de tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”*.

meio de suas normas e técnicas de ação, poderão nos auxiliar no desenvolvimento de um método geográfico para a interpretação dos processos atuais de valorização do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas, para daí pensar a preservação do patrimônio associada ao turismo como um vetor de desenvolvimento local.

Festas, fogos e folguedos: o turismo e o desenvolvimento local

Falar em desenvolvimento local atualmente merece uma série de colocações iniciais a respeito do que se entende por desenvolvimento local. Em um período em que a sociedade tem como meta principal o consumo de mercadorias, o desenvolvimento local, na maioria das vezes, é tratado como sinônimo de crescimento e desenvolvimento econômico; uma meta a ser atingida e não construída ao longo do desenvolvimento sócio-espacial.

No momento de serem definidas as metas e objetivos propostos, o desenvolvimento é reduzido a noções economicistas, prevalecendo o quantitativo sobre o qualitativo (OLIVEIRA, 2002). Assim, antes de se pensar em qualquer forma de planejamento e gestão de uma cidade, a reflexão a cerca do que se entende por desenvolvimento local se faz necessária. Então, como pensar o desenvolvimento local dentro da dinâmica de transformações globais atuais onde a cópia de modelos de gestão e planos se tornou uma prática comum? Como trabalhar esse desenvolvimento de uma forma que seja uma alternativa ao sistema vigente?

Como alerta o economista indiano Amartya Sen (1993), o grande problema a ser pensado no desenvolvimento do processo de planejamento, é definir quais são os fins deste processo e o que será benéfico para o bem comum. Segundo o economista, não devemos confundir o desenvolvimento com aumento de renda e crescimento econômico, hoje, comumente tratado como sucesso de planejamento. A propriedade econômica não é um fim a ser atingido, mas sim, um meio para se chegar a um fim; uma ação que deve valorizar a vida das pessoas e não suas posses econômicas. Mas como pautar o desenvolvimento local na melhoria da vida das pessoas em um período em que os imperativos econômicos predominam sobre os demais?

Segundo Sen (1993) uma saída é promover o planejamento e o desenvolvimento local pautado na *expansão das capacidades*¹¹ locais, para assim, formar cidadãos e instituições responsáveis quanto aos objetivos a serem atingidos em benefício da população no processo de planejamento.

¹¹ Mais detalhes consultar Sen (1993).

È uma proposta interessante, mas, infelizmente, nos últimos anos, o que vem predominando nas políticas públicas são os modelos de gestão e planejamento transportados do setor privado, que tomam a gestão das cidades como um empreendimento.

Os governos locais, ao partirem para a ação empreendedora como um modelo de gestão para as cidades, vem criando uma série de problemas com relação à organização do território. Em cidades com patrimônios culturais tombados esta prática acaba sendo mais nefasta do que nas demais, pois possibilita acentuar o caráter pontual dos objetivos propostos, já que, geralmente, seu planejamento está pautado em intervenções urbanas formais. Como Harvey (2005) chama a atenção: “(...) *os projetos específicos a um determinado lugar também têm o hábito de se tornarem o foco da atenção pública e política, desviando a atenção e os recursos de problemas mais amplos (...)*” (p.174).

Portanto, com base nas colocações anteriores, pensar o desenvolvimento local por meio das atividades turísticas se torna uma tarefa árdua e complexa do ponto de vista da gestão das cidades, pois, para uma cidade se tornar um ponto de atração turística, ela deve passar por uma série de intervenções, materiais e simbólicas, em seu território e, a partir daí, entrar em um processo de refuncionalização. O território passa a ser organizado e reorganizado em função do turista e, na maioria das vezes, desterritorializa a população local.

Sem cairmos em uma crítica vazia, entendemos que esse processo de intervenção é necessário para o desenvolvimento turístico, mas, o questionamento que se faz aqui refere-se às formas e aos objetivos destas intervenções, que, muitas vezes, não incluem a melhoria da qualidade de vida da população local, ou mesmo o acesso democrático a estas áreas refuncionalizadas. Como chama a atenção Luchiarri (2000), a *urbanização turística*¹² vinda com a refuncionalização do território para o uso turístico, traz consigo, impactos positivos e negativos para a área afetada, onde podemos destacar a segregação sócio-territorial da sua população dentro de seu próprio território, já que a maioria não tem condições de pagar por essa modernização urbana.

¹² “A urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a definir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer (...) As regiões, as cidades, os lugares turísticos vestem-se de novas materialidades: galerias, shopping centers, edificações, condomínios fechados, infra-estrutura viária e uma infinidade de objetos e serviços especializados para o turismo” (Luchiarri, 2000, p. 108 -122).

Em São Luiz do Paraitinga esse processo está em curso e a reorganização territorial se destaca nas intervenções feitas no centro histórico com vistas a espetacularizar o patrimônio local, quer seja o imaterial ou o material. A requalificação paisagística do centro histórico local, destacando a reconstrução da Praça Oswaldo Cruz (**FOTOS ABAIXO**), em detrimento de problemas básicos emergenciais, como as constantes enchentes do rio Paraitinga, é um exemplo da falta de planos para pensar o desenvolvimento local no município.

Com as mudanças nas formas da cidade já temos sinais de alterações nas práticas sócio-espaciais que se davam nestes lugares, agora um lugar para turistas. Como exemplos mais emblemáticos, são as mudanças nos trajetos de procissões seculares e dos blocos carnavalescos, já que os traçados das ruas centrais foram alterados com as reformas. Não estamos entrando nos méritos se estas reformas forma boas ou ruins, mas as mudanças já são perceptíveis.

Vale salientar que, mesmo descumprindo a legislação e algumas recomendações do processo de tombamento, todas as obras realizadas tiveram as autorizações obtidas junto ao órgão competente, neste caso, o Condephaat¹³. Isto nos leva a uma questão muito importante com relação a preservação da memória de uma cidade. Porque alterar um praça inteira que estava em bom estado de conservação? Porque adotar, como foi divulgado pelos “técnicos” competentes, que deveria ser refeita a praça nos moldes da década de 1950? Porque não seguir o modelo da década de 1899 ou de 1985?

Desse modo, pensando o patrimônio como constituinte da memória do lugar e da população que a partir dele vive e se reconhece, inclusive como um atributo a um possível desenvolvimento do turismo, podemos afirmar que foi uma atitude questionável e de difícil compreensão, pois princípios básicos que deveriam nortear atitudes e intervenções urbanas em áreas de preservação foram relegadas e ignoradas de acordo com interesses momentâneos de um pequeno grupo em detrimento da maioria.

Ao visitar São Luiz do Paraitinga durante a reforma da praça, dois turistas decidiram enviar uma carta à Câmara Municipal local, contestando as mudanças, questionando e enfatizando a retirada das árvores. Realizaram uma pequena enquête com os habitantes da cidade e chegaram a

¹³ Do ponto de vista da preservação podemos considerar que foram reformas questionáveis, pois a praça sofreu uma brusca transformação em suas formas aparentes (fotos abaixo). O piso da praça sempre foi considerado uma obra de arte, que inclusive, deveria ser protegida pelo tombamento devido à exatidão e perfeição no seu desenho. Na reforma o piso foi substituído por ladrilhos de concreto chapiscado com listras amarelas.

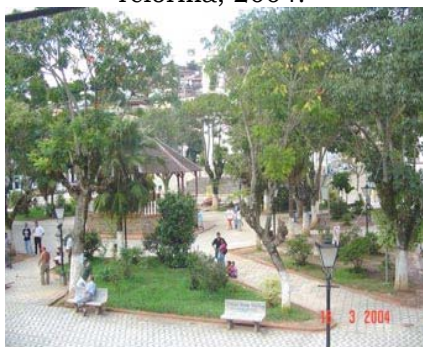
conclusão de que foi uma reforma radical que partiu de cima para baixo, sem qualquer consulta com a população, e em comum acordo com o Condephaat, o que os deixou mais assustados com as obras. Segundo o documento:

(...) apesar da farta argumentação apresentada pela prefeitura, associada as autorizações obtidas junto ao órgãos competentes, como CONDEPHAAT, encontramos muita gente contrária à forma como foi conduzido o processo. (...) faltou visão, faltou bom senso. Ninguém seria contra a reforma, mas a preservação de alguns espécimes no interior da praça seria imprescindível e, no mínimo, mais inteligente (...), conclui a carta. (OLIVEIRA, Gabriel E.G. de; NOGUEIRA, Paula. **A indignação de um turista**. [s. l.], [s. d.]).

Atitudes como essa nos levam a questionar estas reformas, pois, como podemos perceber pela atitude que partiu de turistas, estas reformas podem ter efeitos indesejáveis do ponto de vista de atração e desenvolvimento do turismo, causando o efeito contrário e uma certa repulsa por parte daqueles que para lá se dirigem em busca de paz e sossego e de uma praça com sombras, já que nas cidades grandes é coisa rara de se encontrar nos dias de hoje.

Ao alterar a forma da praça temos a possibilidade de alteração em seu uso, pois a praça era um local de encontro da população, de vivência, onde se davam as trocas e os relacionamentos entre os habitantes locais. Com a nova praça, um processo de refuncionalização territorial voltado para o turismo, tem-se a possibilidade de se perder um dos atrativos da cidade, as trocas que se davam no local em seu cotidiano, já que a praça não será mais a mesma, sem suas belas sombras sempre acalentando os habitantes mais velhos que para lá se dirigiam, visando contar causos e expor seus passarinhos, outra tradição que aos poucos vai sendo esquecida na cidade.

Praça Oswaldo Cruz antes da reforma, 2004.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Praça Oswaldo Cruz após as reformas, 2005.



FONTE: Melissa Ramos da Silva Oliveira

Foi muito comum nos domingos de manhã os moradores locais levarem suas gaiolas com suas respectivas aves para tomar sol e cantar sob as sombras das árvores da praça. Formavam uma bela sinfonia, geralmente controlada pelo sino da Matriz, que por sua vez, anuncia a hora do almoço, uma tradição que ainda é preservada na cidade. As árvores não existem mais, melhor, são arbustos; os pássaros estão sumindo; as procissões centenárias estão redesenhando seu caminho; o fluxo do trânsito foi alterado; o Carnaval passa por adaptações em suas manifestações, enfim, temos uma série de alterações que já vem ocorrendo no cotidiano em função destas reformas, além de outras que podem vir a acontecer com o passar do tempo. Onde serão realizados os encontros e passeios que cotidianamente se davam sob as sombras da praça? As mudanças nos trajetos e caminhos construídos em séculos não poderão acentuar uma série de mudanças nas manifestações sócio-espaciais que se dão no cotidiano local?

Não podemos ser deterministas e afirmar que as alterações nas formas das cidades per si irão alterar totalmente as manifestações e práticas cotidianas locais, mas já temos indícios de que as mudanças ocorrerão, pois as práticas sociais condicionam e são condicionadas pelas formas da cidade, aqui trabalhadas enquanto forma-conteúdo.

Mesmo pensando no desenvolvimento turístico pelo viés do mercado, podemos afirmar que as reformas foram precipitadas, pois para receber o turista a infra-estrutura da cidade precisa ser preparada em todos os seus aspectos e não realizar somente uma melhoria paisagística. Em curto prazo, essa melhoria paisagística poderá dar resultados e atrair mais turistas, mas na medida em que o movimento aumentar e o turismo se afirmar como uma atividade econômica na cidade, alguns problemas deixados em segundo plano aparecerão. Dentre os problemas mais comuns elencamos alguns mais significativos que precisam ser amenizados para a dinamização do turismo e para a preservação do patrimônio local:

- aumento no fluxo de veículos dificultando a circulação e gerando problemas com relação a inexistência de vagas para estacionamento, que acabam ocupando todas as ruas da cidade, com tendências a aumento no número de furtos;

- tendência no aumento da violência, com elevação no número de boletim de ocorrência policial¹⁴;
- destruição paisagística da Praça Oswaldo Cruz¹⁵;
- acúmulo de lixo pelo centro histórico e em seu entorno;
- aumento na poluição sonora e visual;
- deficiência na coleta de esgotos e na distribuição de água, acarretando na falta de água e na supra-utilização da rede de escoamento de resíduos sólidos¹⁶;
- carência de leitos para acomodação em hotéis, pousadas, dentre outros;
- carência de distribuição e venda de alimentos, já que a cidade possui um número reduzido de estabelecimentos destinados a tais serviços;
- carência de leitos hospitalares¹⁷;
- aumento no consumo de álcool e drogas pelas ruas da cidade;
- descaracterização e desmantelamento das práticas cotidianas¹⁸.

Se seguirmos a proposta de Sen (1993) em termos de desenvolvimento local, esta refuncionalização que vem ocorrendo em São Luiz do Paraitinga é extremamente contestável, já que elas não estão pautadas na expansão das capacidades locais e sim em critérios políticos e econômicos que visam satisfazer os interesses de um pequeno grupo que almeja resultados no curto prazo. A população não foi consultada se é exatamente no turismo que deve ser pautado o desenvolvimento local. Pensar o desenvolvimento local no sentido de desenvolver cidadãos críticos, para em seguida lhes dar o direito de realizar a escolha do rumo que pretendem seguir é o desafio do planejamento urbano atualmente.

¹⁴ Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública, em 2000 foram feitos 135 boletins de ocorrências em São Luiz do Paraitinga, para em 2003 este número passar para 182 (SSPSP-2005), registrando um aumento de 47 boletins. Comparando os meses de janeiro e março de 2004 com janeiro e março de 2005 podemos afirmar que o número de ocorrências policiais aumentou neste período, época em que a cidade recebe o maior número de turistas durante o Carnaval. Em 2004 o número de ocorrências foi de 49 (SSPSP-2005) para em 2005 atingir a casa dos 98 (SSPSP-2005) registros, apresentando um aumento de aproximadamente 100%.

¹⁵ A Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga em 2005 foram gastos R\$ 2.500,00 (US\$ 1.116,08) para reposição do jardim, além de gastos com pessoal, materiais de limpeza, etc., materiais estes que não podem ser mensurados em valores exatos (PMSLP, 2005).

¹⁶ A cidade consegue captar 79,84% (SEADE-2004) dos dejetos sólidos por meio de sua rede de coleta, o restante é jogado in natura no Paraitinga, situação que deve ser alterada com a construção da Estação de Tratamento de Esgotos Municipal. A distribuição de água encanada atinge a marca dos 93,26% (SEADE-2004) dos imóveis existentes.

¹⁷ A estrutura de saúde existente no município é precária e não suporta a população local no seu cotidiano, quanto mais em dias de festa, aonde a população local chega a dobrar. O serviço municipal de saúde é composto por um hospital, a Santa Casa de Misericórdia, com 30 leitos atendidos por 09 médicos, 8 auxiliares de enfermagem, 1 técnico de enfermagem e 1 enfermeiro. Realiza somente pronto atendimento, Ultra-som, Eletro Cardiograma, pequenas cirurgias e atendimentos ambulatoriais menos complexos. Conta ainda com um posto de saúde composto por uma equipe de 8 médicos e 3 equipes do Programa Saúde da Família (PSF), realizando atendimento ambulatorial, exames e campanhas de vacinação (Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, 2001).

¹⁸ Mais detalhes consultar: Santos, 2006.

Pelos resultados obtidos até o momento, o desenvolvimento local pautado no turismo ainda é um argumento de retórica, pois não foram criados os postos de trabalhos prometidos e a população já vem sendo segregada dentro de seu território, segregação essa, decorrente do aumento do número de turistas, principalmente nas festas mais populares como o Carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo.

Desse modo, em pouco tempo já temos uma grande contradição advinda com o turismo, pois os promotores da festa, a população local, estão se tornando espectadores de suas próprias manifestações e práticas. Hoje já existe um movimento na cidade, inclusive partindo de pessoas ligadas ao poder público local, para acabar com o Carnaval de rua, devido a esse aumento crescente no número de turistas.

Assim, apoiando-se no discurso de que o turismo é a indústria moderna, a indústria sem chaminés, os administradores locais, muitas vezes, esquecem, que as atividades do turismo já estão dando sinais de que os impactos sócio-ambientais serão tão fortes quanto qualquer outra atividade econômica. A título de exemplo, no Carnaval de 2007, durante os quatro dias de festa, devido ao grande volume de turistas na cidade, a rede de distribuição de água foi sobrecarregada e faltou água em praticamente todas as casas¹⁹.

Eduardo Coelho, 35 anos, empresário do setor turístico local, em depoimento concedido em 2005 confirma esta posição:

(...) eles estão preocupados com o excesso de pessoas, o ano passado foi salvo do caos devido a chuva, esse ano há uma certa preocupação de fechar a cidade, controlar o número de pessoas, uma vez que o limite físico da cidade é pequeno e toda a estrutura que envolve, banheiros, hospital, para manter esse pessoal aqui, sempre tem problema. (...) é segurança de moradores, segurança de carros, é onde ocorre muitos furtos, então já se ouve alguma conversa neste sentido através da prefeitura (...).

¹⁹ A título de exemplo, segundo estimativas da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, enquanto sua população é de 10.798 habitantes (SEADE – 2006), durante o carnaval de 2005, a cidade chegou a receber 10.000 visitantes por dia, número que se mostra em crescimento exponencial e, já no ano de 2007 esta visitação praticamente dobrou, chegando a aproximadamente 20.000 pessoas por dia, perfazendo um total de aproximadamente 100.000 pessoas durante os cinco dias das festividades de Momo.

Atitudes como estas nos permitem afirmar, mais uma vez, a falta de critérios para a execução de projetos na cidade, e apontar que de fato os objetivos que prevaleceram para as reformas foram pouco claros e com viés eleitoral.

Com a intenção de desenvolver o turismo na cidade, foi incentivada a construção de pousadas, lojas, restaurantes, mas não houve incentivo financeiro, como programas de crédito ou qualquer outro subsídio. Enfim, nada foi feito para a afirmação do turismo enquanto atividade econômica e socialmente viável para a população local. Não foi desenvolvido nenhum projeto de capacitação de mão-de-obra local para estas atividades e, a maior parte dos postos de trabalho criados são ocupados por pessoas de outras cidades.

Desta maneira, o desenvolvimento local está ficando restrito a um pequeno grupo de pessoas da cidade que tem condições de arcar com os custos de capacitação profissional nas cidades maiores, fazendo um curso técnico ou cursando uma faculdade. A maioria da população, por não possuir condições financeiras para estudar, vem ficando excluída desse processo, pois, a capacitação profissional inexistente na cidade.

Mesmo passando a ser Estância Turística, a cidade ainda continua sem planejamento e carente de infra-estrutura urbana, como já foi discutido anteriormente. Resumindo, falta infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra, políticas e ações efetivas que privilegiem a inserção da comunidade local nesse processo de desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo. O pouco que foi realizado para o desenvolvimento do turismo no município escapou ao controle da comunidade local e está sendo coordenado por pessoas oriundas de outras cidades.

João Rafael, 22 anos, comerciante local, contesta o suposto desenvolvimento local por meio das atividades turísticas:

(...) embora até existam algumas tentativas ainda se está longe de um projeto que consiga implantar a população nos mecanismos do turismo. O básico para aprimorar o turismo é uma população bem informada (...). Nos comércios são raríssimos os casos de profissionais que além do interesse financeiro, consigam dar mais sustentação ao turismo com a explicitação dos bens que o formam, e aí gerar mais divisas para os moradores. Parece que o interesse financeiro vem sendo visado como ponto principal e enxergo em São Luiz um processo semelhante ao de Paraty no início do turismo. Hoje Paraty vem tendo sérios problemas, pois a maior parte da população já foi embora e só tem gente de fora morando e trabalhando no turismo (...).

Assim, a linha de desenvolvimento que vem sendo adotada pelo município nos leva a questionar o verdadeiro papel que as atividades turísticas irão desempenhar no novo momento que a cidade procura adentrar. Será que o turismo realmente é uma boa opção para o município? Qual será o papel da maioria da população nessa nova dinâmica?

A falta de planejamento e organização para o desenvolvimento do turismo acaba acarretando em problemas de acomodação, de alimentação, carências no atendimento sanitário, problemas de atendimento hospitalar, aumento no número de ocorrências policiais, aumento no volume de lixo pelas ruas, enfim, a cidade não tem suporte para receber um número elevado de turistas, e tão pouco se prepara para isto. As medidas que vêm sendo tomadas ainda estão restritas ao centro histórico, onde se dá a concentração de turistas, e mesmo ali, a desorganização prevalece.

Com isso, podemos afirmar que para a população local ser inserida nesse processo será necessário um trabalho que vá muito além de intervenções urbanas pontuais, sendo primordial um intenso trabalho de qualificação e de melhorias na educação, na saúde, de conscientização popular a respeito do turismo, do valor do patrimônio enquanto suporte para o desenvolvimento turístico, entre outras ações hoje distantes de serem efetuadas na cidade.

A adoção desta atividade não pode ser a única solução para os problemas sócio-econômicos locais, passando a impressão de que tudo será resolvido num passe de mágica, e de que o desenvolvimento local se dará naturalmente. Outras atividades poderiam ser analisadas antes de se tomar um caminho em busca do desenvolvimento apoiado no turismo, mas para que isso aconteça, o planejamento e a confecção do plano diretor devem ser os primeiros passos nessa direção²⁰.

Apesar dos problemas e questionamentos colocados anteriormente, o desenvolvimento turístico pode ser uma boa opção para cidades pequenas como São Luiz do Paraitinga e, com um planejamento adequado, em longo prazo, é possível gerar melhorias para toda a população e suas condições de vida.

²⁰ Em São Luiz do Paraitinga o planejamento urbano, até o momento, inexistente e, conseqüentemente, seu plano diretor também não saiu do papel. Temos que destacar que este plano começou a ser elaborado em 2006 por meio de uma parceria entre a prefeitura local e a Fundunesp (Fundação para o desenvolvimento da Unesp), porém, ainda não foi concluído e não está em vigência, já que, após sua redação final, terá de ser aprovado pela Câmara Municipal. Este plano está passando por um processo de revisão jurídica e já se encontra em aberto a negociação com o Poder Legislativo local com vistas a sua aprovação.

Muitas intervenções urbanísticas são realizadas com o intuito de adaptar a cidade para o desenvolvimento da atividade turística e, uma boa estratégia é procurar reverter estas melhorias em benefício da população local dessas áreas. As ações que geralmente ocorrem para o melhor recebimento de turistas, como a manutenção do calçamento das ruas, melhorias na coleta e distribuição de água, melhorias nas vias de ligações com as cidades maiores, dentre outras, podem ser utilizadas em conjunto, pelos turistas e pela população local.

Com essas intervenções no território muitas sociabilidades podem ser destruídas, mas novas sociabilidades também podem surgir. O turismo é uma atividade muito interessante, pois, proporciona a possibilidade do encontro entre o cidadão local e o cidadão estrangeiro, dando origem a uma nova teia de trocas e relações que podem ser econômicas, sociais e culturais. Temos um aumento no intercâmbio de bens e pessoas que pode ser muito benéfico para a população afetada. É nesse sentido que afirmamos: as possibilidades de desenvolvimento local amparadas nas atividades do turismo deve considerar a população local e suas condições de vida como foco principal e não o turista.

Isso posto, podemos considerar que o patrimônio tombado e o turismo estão auxiliando no desenvolvimento local? A população está sendo inserida nesse novo momento que se vislumbra na cidade com a possibilidade do desenvolvimento turístico?

Até o presente momento, a inclusão da população local no processo de implantação do turismo está distante de acontecer na cidade. A maioria da população está ficando às margens dessa atividade, e os postos de trabalho criados com o turismo, ainda reduzidos, na sua maior parte demandam mão-de-obra especializada, como a função de guia de turismo, por exemplo, que exige registro dos órgãos competentes. Com isso, visto que uma proposta de desenvolvimento local baseada no uso do patrimônio da cidade deve incluir a população local, para assim afirmar o acesso democrático a esse patrimônio, até o momento, os resultados estão passando longe do esperado pelo poder público local em termos de melhorias nas condições de vida da população.

São Luiz do Paraitinga possui poucas possibilidades para seu desenvolvimento sócio-econômico e o turismo pode ser um excelente vetor de inclusão e, ao mesmo tempo, de valorização da cultura local, porém, pelos rumos que estão sendo adotados, podemos apontar que a cidade caminha no mesmo sentido de outras cidades que tentaram implantar o turismo. Ao executar uma

série de ações que descaracterizam seu patrimônio, o município passa a oferecer as mesmas atividades que encontramos em todas as cidades que vivem do turismo, com shows e espetáculos que pouco fazem sentido para a população local. Caso o município siga esta tendência podemos afirmar que o turismo trará poucos benefícios para a sua população e, ao mesmo tempo, irá acelerar a descaracterização de seu patrimônio cultural material e imaterial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTAS Jr, Ricardo Mendes. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: SOUZA, M A de. (org.) **Território Brasileiro**. Usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, pp. 74-92, 2003.
- DEAN. Warren. **A ferro e fogo**. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das letras, 1997.
- FRIEDMANN, George. **7 Estudos sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difel, 1968.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **São Luiz do Paraitinga**: revitalização do Centro Histórico. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1982.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracajú, SE: Editora UFS, 2004.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUNHS, Heloisa; PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas/SP: Papirus, pp.105-130, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. , 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter; BAVA, Sívio Cáccia.; PAULICS, Veronika. **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Polis/Programa gestão Pública e Cidadania, pp. 11-31, 2002.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da Técnica**. Vicissitudes das Ciências. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1969 (1963).
- PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1, n. 3, p. 3-99, 1959.
- SANTOS, Carlos Murilo Prado. (2006) **O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências – Unicamp) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.
- _____. **O Patrimônio Histórico Arquitetônico de São Luiz do Paraitinga-SP à Luz do Planejamento Urbano Autonomista**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.
- SANTOS, Carlos Murilo Prado; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A espetacularização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP**. Texto aceito para publicação no Portal Vitruvius/Seção Arquitectos - www.vitruvius.com.br - (NO PRELO), São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica, Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. **Técnica Espaço Tempo**. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, nº 28-29, pp. 311-333, 1993.